



MINISTÉRIO DAS CIDADES  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

Nota Técnica nº 212 /CGRH/SPOA/SE/MCIDADES

Assunto: Afastamento, do País, da servidora **ANA PAULA BRUNO** Processo nº 80160.000957/2015-47.

Senhora Coordenadora-Geral,

1. Trata-se o presente de solicitação de afastamento, do País, da servidora **ANA PAULA BRUNO**, Analista de Infraestrutura, lotada na Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, de 09 a 11 de dezembro de 2015, para participar do “*Seminario Taller el Derecho a la Ciudad. Habitat y Vivienda*”, organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Montevidéu, no Uruguai.
2. O afastamento dar-se-á **com ônus limitado**, conforme consta no Memorando nº 00424/2015/GAB/SNAPU/MCIDADES, de 18 de novembro de 2015, fls. 01-03, cabendo a este Ministério a manutenção do salário da servidora. Os custos com passagens aéreas, estadia e demais despesas da viagem serão suportados pela instituição organizadora do evento, que disponibilizará um montante a cada participante para tal finalidade.
3. A participação da servidora no evento é pertinente, pois o seminário objetiva dar uma perspectiva mais ampla para os temas de Habitat e Moradia, assim como para os instrumentos e tendências existentes hoje. O seminário também visa propiciar um espaço de debate e diálogo entre os participantes, segundo Nota Técnica nº 727/2015/DAFUPR/SNAPU/MCIDADES, fls.04-05.
4. A presente solicitação está em conformidade com o inciso IV, artigo 1º do Decreto nº 1.387, de 07 de fevereiro de 1995, que assim dispõe:  
  
*“Art. 1º O afastamento do País de servidores civis de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com ônus ou com ônus limitado, somente poderá ser autorizado nos seguintes casos, observadas as demais normas a respeito, notadamente as constantes do Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985:*  
  
*(...)*  
*IV - serviço ou **aperfeiçoamento** relacionado com a atividade fim do órgão ou entidade, de necessidade reconhecida pelo Ministro de Estado;(...)”*
5. Em atendimento ao disposto na Portaria GM nº 321, de 15 de junho de 2015, a justificativa para o descumprimento do prazo previsto no §2º do art. 2º da referida Portaria